

---

## A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA EM SANTA MARIA – RS E SUAS INTERFACES

Juliana Franchi da Silva<sup>1</sup>, Maria Catarina Chitolina Zanini<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Universidade Federal de Santa Maria* - [juliana.franchi@gmail.com](mailto:juliana.franchi@gmail.com)

<sup>1</sup> *Universidade Federal de Santa Maria* - [zanini.ufsm@gmail.com](mailto:zanini.ufsm@gmail.com)

### RESUMO

---

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar o crescimento da economia solidária no contexto da sociedade capitalista e compreender como se processou e tem se mantido o projeto da feira popular solidária da cidade de Santa Maria – RS que já completou 20 anos de existência. A Economia Solidária constitui-se como uma forma alternativa de gestão para que os produtores urbanos e rurais se organizem para também competirem no mercado convencional. E assim, diferencia-se dos princípios que regem o sistema capitalista, pois está centrada na perspectiva de relações sociais solidárias e não em competição.

### PALAVRAS-CHAVE

Economia Solidária. Desemprego. Feira. Santa Maria. Gestão.

---

### THE SOLIDARY POPULAR ECONOMY IN SANTA MARIA - RS AND THEIR INTERFACES

### ABSTRACT

---

The present article has for objective to do considerations about the growth the solidarity economy in the context of the capitalist society and to understand how the project of the solidarity popular fair of Santa Maria's city works - RS that already completed 20 years of existence. The Solidarity Economy is constituted the best organization form so that the urban and rural producers are organized to win the existent competition in the conventional market.

### KEYWORDS

Solidarity economy. Unemployment. Fair. Santa Maria. Administration

---

## INTRODUÇÃO

---

Observa-se que há dificuldades da sociedade contemporânea em partilhar espaços, bens, oportunidades e conhecimentos com distribuição equânime de riqueza, cidadania e qualidade de vida. A racionalidade da economia capitalista contemporânea se ancora na geração de renda que se destina a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios que englobam unidades de trabalho e não investimento direto entre riqueza produzida e qualidade de vida coletiva (vide Sen, 2010). A Economia Solidária se apresenta como uma forma alternativa de organização para que os produtores urbanos e rurais possam se inserir no mercado convencional, tornando-se atores ativos neste campo (Bourdieu, 2009) específico que é o mundo do capitalismo. Podem se perceber e serem percebidos como portadores de agência (Ortner, 2007) e capazes de, reflexivamente, elaborarem formas de gestão partilhadas e autônomas. Igualmente, promovem, de uma forma dialogada a troca entre diferentes concepções de mercado, o que implica, também, um diálogo cultural (Sahlins, 1997ab) acerca dos processos produtivos, suas finalidades e razões de ser.

O presente artigo tem por objetivo fazer considerações sobre o crescimento e expansão da economia solidária no contexto da sociedade brasileira capitalista e compreender como tem se desenvolvido o projeto da feira popular solidária da cidade de Santa Maria – RS que já completou 20 anos de existência. Trata-se de uma iniciativa ímpar e que tem chamado a atenção em nível nacional e internacional. Para os organizadores e aqueles que dela fazem parte, trata-se de um projeto de autogestão positivo, apesar das dificuldades e da polissemia envolta nas diversas concepções acerca do que

seja uma economia solidária, trabalho cooperativo (Lima, 2004) e seus desdobramentos.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

O fim do século XX, abalado pelo esgotamento dos modelos ideológicos que deram sustentação aos regimes econômicos e políticos contemporâneos, enfrentou grandes e profundas mudanças no cenário das relações sociais e produtivas, bem como nas utopias que propunham gestões alternativas de bens e pessoas. As crescentes taxas mundiais de desemprego, sobretudo de caráter estrutural, representaram a grande preocupação de todos os países no final do século passado e tem sido a grande tônica internacional contemporânea, especialmente naqueles países em que este não era necessariamente um grande problema social, como Espanha, Itália, Estados Unidos e outros<sup>1</sup>.

O crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa desde 1980 de mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário e um aumento do terciário, que cresce se deteriorando, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas<sup>2</sup>. As inovações tecnológicas causam um maior prejuízo aos trabalhadores na medida em que os mesmos não acompanham ou participam dessas mudanças, em grande medida pela falta de oportunidades oferecidas pelos detentores do novo processo de produção e das novas formas de capitalismo (Harvey, 2000, 2004; Jameson, 1997; Wallerstein, Offe, 1984, 1991; Giddens, 1997). No entanto, surge um novo mundo do trabalho, pragmático e imediatista, no qual as empresas preferem reduzir custos, terceirizar

atividades e manter estruturas enxutas e flexíveis, recorrendo, quando necessário, à mão-de-obra eventual ou avulsa, disponível imediatamente. Este capitalismo inserido no sistema-mundo (Wallerstein, 1984) se desloca facilmente e cria novas dinâmicas sociais em que os trabalhadores são pensados como fluxos temporários e sujeitos às oscilações econômicas globais.

Têm-se dois pólos: de um lado, a multidão de trabalhadores deslocados, subempregados ou desempregados, sem direito a aposentadoria, nem a planos de saúde outrora financiados pelas empresas empregadoras; e de outro lado, equipes da elite da informação, incumbidas de controlar e administrar a economia global de alta tecnologia procuram conciliar, ao mesmo tempo, diferentes compromissos com diversas empresas, mudando rapidamente de trabalho, de projeto e de companhia (Kraychete, 2000). Assim, novos desafios e formas de produção são pensados como alternativas (Santos e Rodriguez, 2002).

O que se observa é uma precarização do trabalho. Segundo PINHO (2000), com o desemprego, cresce a economia informal, multiplicam-se os micros e pequenos empresários que tentam desenvolver algumas atividades com o reduzido capital que conseguiram levantar de fundos especiais ou de indenizações provenientes de demissões “voluntárias” ou obrigatórias. Aumentam os empregos temporários de baixa remuneração e as terceirizações. Aumenta também, a necessidade de interação estado - empresa - comunidade. E emergem associações, cooperativas, entidades beneficentes, fundações, institutos e outras organizações do tipo ONG’s (Organizações não Governamentais) compondo o chamado terceiro setor que passa a ser uma combinação de organizações privadas

(2º setor) que cumprem funções públicas típicas do primeiro setor.

Como caminho para as transformações econômicas e sociais do país, cada vez mais se debate acerca da Economia Solidária. De acordo com Gaiger (1999, p.7), um levantamento sumário das iniciativas econômicas solidárias hoje existentes, nos diversos recantos do país, apresenta um leque amplo, que abrange inúmeras associações informais, negócios de caráter semifamiliar, pequenas indústrias artesanais e microempresas, em regime de produção permanente, temporário ou mesmo ocasional. Sendo que, essas experiências de trabalho e renda compõem o que se pode chamar de economia popular. Para esse autor, desfeita a expectativa depositada no crescimento econômico e constatada a insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de renda ganharam novo valor. Eles adotam em seu favor, o princípio de fortalecer a capacidade produtiva dos empobrecidos<sup>3</sup>.

Atualmente, diz-se que a Economia Solidária em forma de cooperativas se configura como a melhor forma de gestão para que os produtores urbanos e rurais se organizem para se colocarem competitivamente no mercado em relação aos grupos empresariais mais fortes, pois no universo do mercado convencional a sobrevivência dos pequenos investimentos é praticamente insustentável.

Mas, deve-se observar atentamente na sociedade atual a idéia de cooperativismo, ou melhor dizendo, se essa idéia realmente existe. Na realidade, há falta de cultura cooperativa. E isso é preocupante.

***Enfrentamos hoje o falso cooperativismo. Devido a uma brecha em um artigo da CLT, para permitir o rebaixamento dos encargos sociais, é possível, de Norte a***

***Sul do Brasil, a formação das chamadas falsas cooperativas, que são na verdade uma forma de terceirização mais maléfica do que a terceirização em si mesma. Então, como nós vamos nos contrapor às falsas cooperativas e à terceirização que rebaixa direitos, no sentido de termos cooperativas autênticas? Essa é uma preocupação dos trabalhadores de Norte a Sul. Em todos os documentos da Central Única dos Trabalhadores há ações, tanto em nível político como institucional, de combate ao falso cooperativismo (TODESCHINI, 1999, p.31).***

No entanto, Vainer (1999, p.60) não crê que se possa construir com as cooperativas de trabalho, uma alternativa global ao projeto capitalista liberal. Para o autor, as cooperativas, os sindicatos que conseguem sobreviver apesar das dificuldades, os partidos políticos que não se subordinam as lógicas burocráticas, as associações culturais e esportivas e os vários momentos de festa popular autêntica são momentos de utopia experimental, no sentido de que são momentos de afirmação, no presente, de que o futuro é possível. Desse modo, torna-se perceptível que tanto no meio acadêmico como fora dele, há interesse por experiências que se diferenciam dos princípios que regem o sistema capitalista, aqueles que se baseiam na solidariedade e não em competição simplesmente. Portanto, deve-se observar atentamente até que ponto o solidarismo contribui com a classe trabalhadora e como é possível a preservação dos direitos dos trabalhadores nesse processo considerado alternativo ao capitalismo neoliberal.

Singer (1997) vai bem além em termos de proposta. Sensibilizado pela problemática da pobreza e com a preocupação mergulhada nas recentes dinâmicas de produção da exclusão e de reprodução da desigualdade no Brasil, o autor não hesita em propor o que chama de uma solução não capitalista para o desemprego,

na medida mesma em que a lógica da grande empresa vem tornando-se, estruturalmente, geradora de mais e mais desemprego. O autor propõe a busca da construção de mecanismos solidários entre os excluídos, os autônomos e os pequenos empreendedores (empresa familiar, comunitária, cooperada, etc.), quebrando seu isolamento e propiciando sua reinserção no mercado por meio do estímulo as trocas comerciais que propiciem a autocomplementaridade produtiva. Assim, acredita ele, formar-se-ia um circuito econômico específico, protegido contra o grande capital, propiciador de que as necessidades de uns estimulem a produção de outros, ampliando-se mutuamente as possibilidades de que cada um se fortaleça a partir do próprio apoio recebido pelos demais membros participantes do circuito, em situação sócio-econômica similar.

A economia solidária, então, surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimentos de energia, de água, de vendas no varejo, etc.

Segundo Cassandre, Senger, Amaral e Falleiros Neta (2013) a economia solidária passa a ser vista como proposta viável para a geração de

trabalho e renda e fomenta o debate para o enfrentamento da economia capitalista tendo em vista as experiências bem sucedidas e enraizadas em formas de organização política e comunitária. A economia solidária desperta os interesses de governos como ferramentas de políticas públicas e de organização não governamentais que se voltam a apoiar as comunidades e populações de baixo poder aquisitivo.

A economia solidária é um tema que tem conquistado uma maior visibilidade nos últimos anos. Segundo França Filho (2013) a economia solidária é um fenômeno complexo, como é próprio da contemporaneidade. Entretanto, representa formas inéditas de ação pública. O que se evidencia, por meio de experiências de economia solidária, uma forma renovada de gestão pública.

*O compromisso próprio das experiências de economia solidária, e que consideramos profundamente político, é exatamente aquele da mudança nas condições de vida, tanto das pessoas envolvidas diretamente nos empreendimentos, quanto da própria realidade local na qual a iniciativa se insere. Evidentemente trata-se de uma espécie de política da vida cotidiana, quando indivíduos decidem exercer cidadania, participando de coletivos concretos que atacam problemas públicos através da elaboração de atividades econômicas. Desse modo, ao serem confrontados problemas públicos concretos, expressos num nível local, as experiências de economia solidária acabam por inventar formas inéditas de ação pública, uma vez que são oriundas da própria sociedade. Tais iniciativas acabam por indicar os limites da ação do Estado a nível local, questionando seu papel e revelando as possibilidades da sociedade civil de praticar a gestão pública. (FRANÇA FILHO, 2013, p.459).*

Em muitas localidades do Brasil há iniciativas comunitárias, de geração de trabalho e renda

que em grande parte são informais e consideradas pré-cooperativas. Há projetos comunitários de confecção de roupas, artesanato, coleta seletiva e reciclagem de lixo, entre outras atividades. Também se têm redes e fóruns de empreendimentos comunitários que recebem apoio de Igrejas, universidades, ONG's, sindicatos, órgãos públicos. No Rio Grande do Sul a entidade que tem destaque é a CÁRITAS, da Igreja Católica, que desde o início da década de 1980, já constituiu 750 projetos, envolvendo cerca de 17 mil pessoas (Souza, 2000).

Para Motta (2010) de todos os lugares do país, todos os sotaques e cores de pele, idades e cores de cabelo, as pessoas que ali estão fazem coisas diferentes, isto é, ganha a vida cada uma de um jeito. Porém, elas contam com algo em comum, acreditam que é possível construir “um outro mundo”. Esse outro mundo só é possível de acontecer se a solidariedade for a base para uma nova economia. Afinal, a característica central deste fenômeno que é a economia solidária é a solidariedade, apoio sobre o qual as atividades econômicas estão assentadas.

#### O PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA MARIA – RS

A cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul pode ser considerada um exemplo de modalidade de Economia Solidária ou Economias Populares, devido aos trabalhos implementados pelo Projeto Esperança/Cooesperança, que representa uma nova alternativa para aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho ou que possuem baixo poder aquisitivo na sociedade capitalista.

O projeto em questão iniciou com a promoção e o apoio aos excluídos e teve como forma de organização o associativismo e o

cooperativismo dentro do contexto de alternativas para geração de trabalho e renda; concretizando-se por meio de atividades produtivas no campo do trabalho. Dessa forma, colaborando para a melhoria da qualidade de vida das classes excluídas nos setores urbanos e rurais.

As iniciativas do projeto Esperança/Coesperança foram inauguradas em março de 1987 com o slogan “A Transformação pela solidariedade e a Luta pela Inclusão Social”, e fundamenta-se na teoria do Padre Africano Albert Tévoèdjé, “A Pobreza Riqueza dos Povos”, e seu aporte teórico também tem como base, as práticas delineadas pela exclusão no embate dos pobres com suas realidades: falta de habitação, saneamento, saúde, transporte, alimentação e educação

***O PROJETO ESPERANÇA e os 20 ANOS de CAMINHADA surgiu do estudo do Livro "A POBREZA RIQUEZA DOS POVOS" do autor Africano Albert Tévoèdjé, cujos estudos e Seminários iniciaram em 1982, e no 3º Congresso da Cáritas-RS em 1984. Na oportunidade, Dom José Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, com base no estudo "A POBREZA, RIQUEZA DOS POVOS", "A TRANSFORMAÇÃO PELA SOLIDARIEDADE", que valoriza as "PEQUENAS COISAS" e que tem como fundamento a Solidariedade. Dom Ivo desafiava a Cáritas-RS a criar e desenvolver os PACs (Projetos Alternativos Comunitários), como um novo jeito de construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social. Foi a partir desta reflexão que se fortaleceu e difundiu o modelo da CARIDADE LIBERTADORA, ou seja, a CARIDADE ORGANIZADA, através dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), da Economia Popular***

***Solidária e a "Reivenção da Economia", que coloca como pano de fundo, a Solidariedade, Geração de Trabalho e Renda e as diferentes formas de organização Associativa, Cooperativada e de Autogestão. (QUEM SOMOS, 2013, p.01)***

O projeto possui várias modalidades de comercialização, tais como: Terminal de Comercialização Direta, Shopping do Cooperativismo Alternativo, Casa do Artesão Sepé Tiarajú, Oficinas de trabalho alternativo, Feiras anuais do Cooperativismo Alternativo, onde os produtores vendem diretamente suas mercadorias.

Estes setores são parte integrante de uma rede de comercialização direta e permanente de produtos que contam com “A Rede do Consumo Solidário” que é fomentada pela organização dos consumidores e se apresenta como elemento decisivo para a garantia das vendas no comércio local. São apoiados por lideranças políticas, sociais, eclesiais e comunitárias, tais como, BIOFUTURO, MISEREOR – Alemanha, CÁRITAS-RS, EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), Secretaria da Agricultura e Abastecimento, SEDAI (Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais), STCAS (Secretaria Trabalho Cidadania e Assistência Social), Pastorais Sociais, Escola Sul de Agricultura Familiar – TERRA SOLIDÁRIA, Movimentos Populares, Sindicatos e da ANTEAG-RS (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão do Rio Grande do Sul). O que se observa nesta iniciativa é que houve uma congregação de diferentes capitais sociais que se uniram para promover políticas diferenciadas quando à produção, distribuição e consumo de determinados produtos em nível local.

No contexto da economia solidária, Singer (1998) defende o trabalho cooperativado como a melhor forma para resolução das dificuldades econômicas das pequenas unidades de produção. Segundo sua perspectiva: “(...) a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento” (p. 124). Entretanto, a economia solidária em forma de cooperativa poderia se constituir como uma forma de organização para que os produtores urbanos e rurais consigam se inserir no mercado, uma vez que a sobrevivência dos pequenos investimentos é muito difícil.

A CÁRITAS-RS, juntamente com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criou um programa de apoio aos agricultores visando a capacitação dos mesmos nas áreas de cooperativismo, autogestão e agroecologia. Um dos principais objetivos é a formação permanente dos agricultores fato relevante para tornar possível sua permanência na atividade agro-industrial e do cooperativismo alternativo. O programa recebe recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que são enviados através do Programa Qualificar-RS. (Jornal do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária. Edição: 11 de Julho de 2013)

Foram realizados no mês de julho de 2000 Feiras Estaduais da economia popular solidária, promovida pela CÁRITAS-RS em Santa Maria e Porto Alegre, em que foram tratados assuntos referentes à importância do Cooperativismo Alternativo como proposta para minimizar o problema da exclusão social e do desemprego. Foram apresentados os trabalhos realizados pelos associados demonstrando que é possível transformar a realidade pela busca de novas opções de sobrevivência. Nas palavras da religiosa Lourdes Dill, que coordena o Projeto Esperança/Coesperança da cidade. “No dia em que todo esse trabalho se transformar em

políticas públicas, em que os governos, Federal, Estadual e Municipal derem a atenção devida teremos condições de implementar muitas iniciativas e propostas.” (Jornal do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária. Edição: 11 de Julho de 2013)

Outro evento importante que visou fortalecer a luta dos trabalhadores e desempregados foi a 8ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora, que se realizou no dia 1º de maio de 2001 em Santa Maria - RS, promovido pela CNBB / RS, Pastoral Operária – RS e Diocese de Santa Maria – RS, cujo lema foi: Trabalho: Organização Popular e Políticas Públicas<sup>4</sup>.

No ano de 1982, a Diocese de Santa Maria, a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), a EMATER Regional - RS e outras organizações promoveram Seminários e Jornada de Estudos na região Centro - RS, cuja articulação regional deu a origem aos PACs (Projetos Alternativos Comunitários) junto com a CÁRITAS Regional - RS. Então, em 1984 foram surgindo as primeiras experiências de Grupos Comunitários e Associações. Em 1987 foi criado o Projeto Esperança e o início do seu funcionamento a partir dos Grupos Organizados que se integraram no Programa.

De acordo com Esperança/Coesperança (2013), em 1986 a Diocese de Santa Maria iniciou o diálogo com a MISEREOR e a Katholische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe e.v. - Alemanha, que garantiu o apoio inicial para o Projeto Esperança. Apoiou muitos grupos, no contexto do Fundo do Crédito. A MISEREOR financiou o primeiro prédio do Terminal de Comercialização Direta e já renovou cinco Convênios Consecutivos com a Diocese de Santa Maria, para o Programa do Projeto Esperança, que trabalha na construção Regional da Economia Popular Solidária, juntamente com a CÁRITAS do Rio Grande do

Sul e com diversas organizações e Entidades da região Centro - RS.

A COOESPERANÇA (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança) é uma central, que juntamente com o Projeto Esperança, congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários do campo e da cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos um Novo Modelo de Cooperativismo na proposta Alternativa, Solidária, Transformadora e Autogestionária e no Desenvolvimento Sustentável, na certeza de que “um outro cooperativismo é possível”.

Durante 20 anos de existência, o Projeto Esperança/Cooesperança realizou milhares de reuniões, encontros e cursos de Formação, Debates Assembléias, Articulações com os Trabalhadores/as do Campo e da Cidade em parceria com Organizações Governamentais e Não Governamentais do Brasil e de outros Países da América Latina. Também, promoveu em parceria com outras Entidades: 14 Feiras Estaduais do Cooperativismo; 3 Feiras de Economia Solidária do MERCOSUL; 3 Seminários Latino Americanos de Economia Solidária; 7 Feiras da Biodiversidade e Feiras de Agricultura Familiar; 17 Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo (em parceria com as Dioceses do Interdiocesano - Centro - RS) e Cáritas – RS; 1.040 Feirões Coloniais Semanais aos sábados; 150 Feirões Temáticos na Praça Saldanha Marinho - Santa Maria; Promoveu de 23 Assembléias Gerais do Projeto Esperança/Cooesperança; Participou de 20 Feiras da Primavera; Participou de centenas de atividades de Formação da CARITAS Brasileira Regional - RS e outras Pastorais Sociais; Participou de inúmeras Feiras de Economia Solidária e Agricultura Familiar em vários Estados do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai,

Paraguai e Venezuela; Participou efetivamente de 5 FÓRUNS SOCIAIS MUNDIAIS; Acolheu e participou na organização de um Encontro do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano em 2006 - Santa Maria - RS, com a presença de 21 Países da América Latina e Caribe; Participou de inúmeros debates no Brasil em outros países, sobre a Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Políticas Públicas; Acolheu centenas de Caravanas para conhecer a experiência do projeto Esperança/Cooesperança e, participa efetivamente do fórum brasileiro e fórum gaúcho de economia solidária e do conselho nacional de economia solidária<sup>5</sup>.

A experiência dos 20 anos já motivou a organização de muitos grupos, iniciativas desta natureza e centenas de feiras inspiradas na Feira de Santa Maria em outros estados e países que é uma experiência ensinante e aprendente. São atividades que cada vez mais fortalecem a Rede de Economia Solidária no Brasil e na América Latina e em outros Continentes<sup>6</sup>.

Observa-se um encontro de movimentos sociais, vários países, várias etnias, várias culturas e diversidades de opiniões de pessoas e grupos que desejam uma economia na qual podem se inserir como agentes e sujeitos. De acordo com Gohn (2003), essas pessoas são contra as atuais políticas globalizantes e querem algo mais do que demandas localizadas, bens ou equipamentos sociais coletivos ou direitos sociais iguais a exemplo de outros movimentos predominantes em 1970 e 1980. O que querem é o direito de interferirem nos destinos de seus países, de preservarem as culturas locais, de não serem invadidos por produtos que desorganizam seus mercados e geram desempregos. Além disso, o direito a preservação da vida humana no planeta e que homens e mulheres de qualquer raça, etnia, idade, nacionalidade passem a conviver com

harmonia. Enfim, de serem agentes (Ortner, 2007) de suas experiências sociais em todos os níveis, especialmente na economia.

Esses movimentos populares são de fundamental importância porque representam para os trabalhadores e desempregados a possibilidade de encontrar formas concretas de reivindicar seus direitos enquanto constituem uma maneira de pressionar a mudança no contexto político, no qual os trabalhadores ganham espaço para sair da condição de excluídos e se integram num contexto de justiça social em que a condição humana não fique em detrimento da condição econômica. Não se deve pensar, contudo, que não há conflitos e tensões no entre os participantes destas redes de economia solidária. Entre elas também há hierarquias e poderes difusos, contudo o que se tem observado é uma racionalidade em que os pequenos produtores percebem que nesta cadeia seus ganhos e privilégios são maiores do que na economia tradicional.

### **O Feirão Colonial de Santa Maria – RS: uma proposta de autogestão**

O Feirão Colonial faz parte das atividades do Projeto Esperança/Coesperança da Diocese de Santa Maria e foi criado em 1º de abril de 1992, com a participação efetiva e comprometida dos produtores rurais e urbanos associados organizados na região central do RS. Uma feira colonial é realizada a cada sábado, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, na rua Heitor Campos, s nº, ao lado do colégio Irmão José Otão, Santa Maria, RS e funciona no horário das 7h as 12h.

Desse modo, o feirão colonial proporciona a comercialização de inúmeros produtos como: produtos coloniais, caseiros, agroindústria familiar, agroecologia, Também tem uma

variedade de artesanato e confecção, plantas ornamentais, livros usados, dentre outros. Possui abrangência regional com a participação dos Municípios do Território, Central do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do Corede Centro – RS. O feirão é constituído por pavilhões. O terreno foi cedido pela Mitra Diocesana de Santa Maria, sendo que, o primeiro prédio foi construído com um apoio significativo e histórico da MISEREOR/KZE – Alemanha e com apoio nos equipamentos da CÁRITAS/RS, em 1989. Os outros prédios foram construídos com recursos Públicos dos Governos nos níveis municipal, Estadual e Federal. (Jornal do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária. Edição: 11 de Julho de 2013)

O Primeiro Pavilhão se refere a Alimentação, isto é, os produtos das agroindústrias familiares, panificação e açougue. No Segundo Pavilhão fica a parte da Convivência e Lazer, com piso e cobertura. É um espaço de convivência e lazer, recreação, caminhada, educação física de alunos do Colégio Irmão José Otão, lanches, oficinas e outros espaços de Formação Cultural e convivência. No Terceiro Pavilhão é o do Artesanato e Cursos de Formação. Aos sábados e durante a semana, funciona conforme planejamento dos Grupos de artesanato com arte e qualidade. No quarto pavilhão estão os Hortifrutigranjeiros e Plantas Ornamentais. Este pavilhão é destinado aos hortigranjeiros e os produtos da Agricultura Familiar<sup>7</sup>. Neste espaço é feita também a entrega mensal dos produtos do PAA (Programa de Compra Antecipada de Alimentos) da Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de mais de 150 Agricultores Familiares, que beneficiam cerca de 43 organizações e entidades e de um Público de mais 3.000 famílias na região. Por meio deste projeto são distribuídos alimentos para toda a comunidade.

Figura 1 - Primeiro pavilhão do feirão colonial.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

A gestão do Feirão Colonial é feita de forma colegiada, participativa e interativa entre a equipe do Projeto Esperança/Coesperança e os grupos associados, nos diversos segmentos de atuação do mesmo. A comercialização se dá de forma direta entre o produtor (a) organizado (a) e o consumidor (a). O consumidor (a) fica sabendo quem produziu o produto que ele consome e se cria uma relação de confiança mútua e solidária. Tal fato se observa por meio da clientela assídua que comparece rotineiramente nas edições dos feirões.

No que se refere a comercialização, os pontos fixos de comercialização solidária fazem parte deste importante projeto que são grandes espaços de articulação, debate, troca de experiências e de comercialização direta de produtos dos empreendimentos solidários. A feira é um grande mutirão feito com a participação de diversas entidades e com comissões de organização, organizações governamentais e não-governamentais.

A Economia Popular Solidária, como proposta e prática, vai muito além da resistência à exclusão social e ao desemprego. Ela aponta para uma nova modalidade econômica, para a “reinvenção da economia”, provando que “uma nova economia é possível”, que é capaz de criar e fortalecer novos empreendimentos e Gerar Trabalho e Renda a partir do trabalho cooperativado, autogestionário e da gestão participativa e transformadora<sup>8</sup>.

A prática da Economia Solidária e o Cooperativismo Alternativo estão fundamentados na cooperação, autogestão, produção coletiva, comercialização direta, justa distribuição de renda, solidariedade, agroecologia, comércio justo e ético, agricultura familiar e com a lógica econômica que valoriza o ser humano e o trabalho, acima do capital. Tendo em vista formar novos sujeitos para o exercício da cidadania e inclusão social e construir um Projeto Democrático Popular e Sustentável.

Desse modo, essa nova prática da economia solidária se preocupa com uma sociedade sustentável.

***Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. Na prática a sociedade de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente. (BOFF, 2008, p.137)***

A Feira de Santa Maria faz parte do Programa Nacional de Feiras, Feiras em Rede, cujo calendário se estende a todos os Estados Brasileiros. A Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo, a Feira da Economia Solidária dos Países do Mercosul, a Feira Nacional de Economia Solidária, a Mostra da Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar e o Seminário Latino Americano de Economia Solidária e Mini-Fórum Social Mundial de Economia Solidária, são eventos Nacionais e Internacionais das Organizações Populares, Associações, Cooperativas, Empreendimentos Solidários do meio urbano e rural, no fortalecimento da autogestão e dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), projetos de geração de trabalho e renda, através da CÁRITAS Regional-RS e Projeto Esperança/-Coesperança na Diocese de Santa Maria, SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), IMS (Instituto Marista de Solidariedade), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Prefeitura Municipal de Santa Maria, muitas Entidades apoiadoras e

parceiras, cuja prática vem se consolidando e construindo no RS as Políticas Públicas para uma Economia Solidária, Agricultura Familiar, Segurança Alimentar há mais de 22 anos de sua história bem sucedida.

Sendo assim, nesses tempos de globalização e/ou mundialização, face às tendências do capital e do trabalho, é importante indagar a respeito do que se pode projetar sobre os limites e possibilidades da economia solidária. Na realidade, estimulam-se ações propositivas dentro de um marco conceitual em que a viabilidade das organizações econômicas populares transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc. Mesmo que de forma incipiente, a percepção do mercado pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da economia de mercado, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de natureza produtiva, associativa e solidária, que no Brasil ganham visibilidade e consistência a partir do início da década de 1990, têm desencadeado múltiplos processos de teor sociocultural, econômico e político. Engendrando mudanças qualitativas, essas iniciativas tem se mostrado capazes de implementar, ainda que minimamente, um contramovimento que visa a superação da racionalidade capitalista, pautada no não reconhecimento da solidariedade, no cerceamento à participação e não-distribuição

de renda e da riqueza e na instrumentalização da pessoa, fatores que terminam por institucionalizar as desigualdades. Resistir ao projeto hegemônico não é suficiente. É preciso revigorar as forças sociais, forjar projetos que criem condições objetivas de instaurar transformações mais substantivas.

A economia solidária se baseia idealmente em princípios da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da auto-sustentação, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social. A prioridade de valores como a solidariedade, a autogestão e autonomia sobre valores mercantis, combinada com a eficiência econômica, coloca as experiências de economia solidária na condição de coexistir com o mercado capitalista ao mesmo tempo em que o questiona. A economia solidária tem se apresentado como uma nova estratégia de se constituir alternativa de luta contra o desemprego. Ela tem representado uma nova forma de se organizar enquanto trabalhadores e um empenho coletivo de se manter ou de se inserir (quando excluído) no mercado e na sociedade como trabalhadores que reivindicam dignidade em seu saber-fazer. O avanço da economia solidária tem como objetivo criar, manter e ampliar as oportunidades de trabalho e de acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionários de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores e produtores.

Seria possível não apenas potencializar essa economia dos setores populares, mas também, fortalecer as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça. Instigam uma redescoberta cidadã do trabalho, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais. Deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma

ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, precária ou compensatória, mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia.

Os ideais do cooperativismo foram reinseridos e contribuiu para que, trabalhadores expulsos do mercado pelas novas máquinas e pelas novas indústrias se organizassem por conta própria, coletivamente, em empresas cooperativadas. Mas, o princípio da empresa cooperativa é diferente dos princípios da empresa capitalista. E hoje, pretende-se transformar a crise do trabalho numa oportunidade de desenvolver um tipo de organização de trabalho “anticapitalista”, democrática e igualitária. No entanto, nas condições atuais a Economia Solidária se encontra ainda marginalizada, representando apenas uma forma de minimizar o problema social vivenciado pelos desempregados, uma vez que a renda mensal que os associados recebem é muito baixa e, portanto, não garante uma qualidade de vida satisfatória. Também neste novo campo de sistema de produção existem resistências no âmbito da aceitação pelo mercado consumidor, dos serviços e produtos oferecidos pelos grupos, dado estes concorrerem com outros mais sofisticados, como aqueles produzidos por indústrias modernas de grande porte tecnológico. Além disto, perguntamos se, de fato, há uma real autonomia em relação ao capitalismo de mercado e por quais caminhos.

Enfim, utopia ou não, não se pode negar que a experiência realizada em Santa Maria - RS não tenha resultado em frutos, pois a cada ano que passa a feira e todos os eventos que dela decorrem aumentam visivelmente em número de participantes e de público consumidor ou daqueles que ali vão para conhecer a proposta. Portanto, o espaço para a economia solidária

em Santa Maria tem um significado de luta, de busca e de construção coletiva por meio de inúmeras conjugações de capitais sociais em

que a Igreja católica tem desempenhado um papel central.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CÁRITAS - Rio Grande do Sul – Abril, maio, Junho 2000- Ano 18, Número 53.

CASSANDRE, Marcio Pascoal, SENGHER, Carine Maria, AMARAL, Vagner Roberto do, FALLEIROS NETA, Emília Vella. **Políticas Públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo**. Revista Gestão e Sociedade. Belo Horizonte. Vol. 7, Nº 17, p.167-185. Maio/Agosto 2013. Disponível em: [www.gestaoesociedade.org](http://www.gestaoesociedade.org). Acesso em: 12 de abril de 2014.

CORAGGIO, José Luis. **Da economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho**. In: Kraychete, Lara, Costa (Orgs.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

DESAFIO. Informativo da 8ª Romaria da Trabalhador (a) de 1º de maio de 2001, publicado em junho de 2001.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, GESTÃO COLETIVA, RESULTADOS COMPARTILHADOS. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cadernos EBAPE.BR, v.11, nº.3, artigo 7, Rio de Janeiro, Set/Nov., 2013.

GAIGER, Luiz Inácio et alli. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos Cedope. São Leopoldo, Unisinos, v.10 (15), 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

JORNAL DO 2º FÓRUM SOCIAL E 2ª FEIRA MUNDIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Edição: 11 de julho de 2013.

KRAYCHETE, Gabriel, Lara, Francisco, Costa, Beatriz.(Orgs.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, R.J: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **RBCS**, v. 19 nº. 56, p.62, 2004.

LIANZA, Sidney. **Um Projeto de Combate à Exclusão**. In: Guimarães, Gonçalo (Orgs.). **Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajatórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. Tese de Doutorado. UFRJ. 2010.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 8, nº.7, PP.68-93, Jul/Dez., 2005.

PINHO, Diva Benevides. Universidade, Gênero e Cooperativas: **OCB** debatendo grandes temas do século XXI. Brasília: SESCOOP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades.** ESETEC; Brasília: SESCOOP; OCB, Brasília, 2000.

ORTNER, Sherry B. **Subjetividade e Crítica cultural.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007

PÓLO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA - Textos. www. Alternex.com.br, data: 09/04/ 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** 3ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: Singer, Souza (Org.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Papel do Estado e as Políticas Neoliberais.** In: Gadelha (Org.). Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais. São Paulo, EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas são Empresas Socialistas.** Unitrabalho Informa. São Paulo, Unitrabalho, Ano III, nº 10, janeiro de 2000.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil, in B. S. Santos (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária, in A. D.Cattani (org.), A outra economia, Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÌGUEZ, César. **Introdução: para ampliar o cânone da produção,** In: B. S. Santos (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. **Um Instantâneo da Economia Solidária no Brasil.** In: Singer, Souza (Orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TODESCHINI, Remigio. **Empreendimentos Solidários em Expansão.** In: Guimarães, Gonçalo (Org.). Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate. São Paulo, Unitrabalho, 1999.

VAINER, Carlos. **O presente de um futuro possível.** In: Guimarães, Gonçalo (Org.). Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate. São Paulo, Unitrabalho, 1999.

---

## NOTAS

---

1 Para Pinho: "As tecnologias tornam-se cada vez mais poupadoras de mão de obra e intensivas de capital financeiro e de capital intelectual. Aumenta o descompasso entre o capital e o trabalho. A competitividade estimula o enxugamento de custos e a persistente busca de qualidade, produtividade e produção segundo padrões internacionais. Mas estimula também o desemprego, tanto em empresas privadas como em empresas públicas, ainda que mascarado de "demissão voluntária". Milhões de pessoas excluídas da economia de mercado, tem pouca esperança de encontrar trabalho em um mundo que se automatiza e se robotiza rapidamente (PINHO, 2000, p. 63)".

2 Segundo Kravchete: "Quando os trabalhadores perdem seus empregos regulares e mergulham na informalidade do trabalho por conta própria, experimentam uma diminuição da sua renda média, somada a uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social. Tudo passa a depender do próprio indivíduo, que deve criar e manter seu próprio trabalho. Como não contribuem para a previdência social, os trabalhadores por conta própria, em sua quase totalidade, estão excluídos do direito à aposentadoria e enfrentam a ameaça incontornável da obtenção de algum rendimento na eventualidade de doenças ou acidentes que interrompam o trabalho que realizam (KRAYCHETE, 2000, p.21)".

3 Com a aplicação da informática à automação industrial e a gama de inovações na organização do trabalho, o crescimento industrial já não gera uma ampliação significativa na oferta de postos de trabalho. Fenômenos como a reengenharia, a terceirização, e a disseminação do trabalho temporário ou a domicílio, são componentes de uma quebra na estrutura ocupacional, com efeitos imediatos sobre as carreiras, a qualificação e as chances de inserção sócio-profissional (Gaiger, 1999, p.9).

4 DESAFIO: Informativo da 8ª Romaria da Trabalhador (a) de 1º de maio de 2001, publicado em junho de 2000.

5 Dados de acordo com <http://www.esperancacooesperanca.org.br>. Acesso em: 21 de julho de 2013

6 Jornal do 2º fórum social e 2ª feira mundial de economia solidária. Edição: 11 de julho de 2013.

7 Pessanha Neves (2005) compreende a agricultura familiar como uma nova categoria analítica. Categoria essa, que emergiu através de um consenso que aglutinou representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais e também princípios norteadores da objetivação das políticas públicas. Ocorre um empenho coletivo em enquadrar os pequenos produtores agrícolas, sítiantes, camponeses enquanto agricultores familiares. Isso denota o reconhecimento da importância do papel da categoria socioeconômica agricultor familiar para o desenvolvimento nacional.

8 Jornal do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária. Edição: 11 de Julho de 2013.

---

## AUTORES

---

### Juliana Franchi da Silva

Possui graduação em Filosofia - Licenciatura Plena (UFSM), graduação em Ciências Econômicas - Bacharelado (UFSM), graduação em Ciências Sociais (UFSM), graduação em Formação de Professores para Educação Profissional - PEG - Gestão e Negócios (UFSM), especialização em Pensamento Político Brasileiro (UFSM), especialização em História do Brasil (UFSM), mestrado em Integração Latino-americana - MILA (UFSM), mestrado em Ciências Sociais (UFSM). Possui experiência no Magistério Superior e no Pós-médio, além de participar em projetos de pesquisa, monitorias e tutorias. Atualmente é professora da rede pública estadual de educação do RS vinculada ao Centro Tecnológico de cursos pós-médios da Escola Estadual Professora Maria Rocha. Cursa Pós-graduação em Gestão Pública (UFSM), Pesquisadora do NECON/UFSM e faz parte do projeto Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do RS. Bolsista CNPq.

### Maria Catarina Chitolina Zanini

Possui graduação em Curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (1987), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília- UnB (1997), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo- USP (2002) e Pós-doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em História. Coordenadora do NECON/UFSM (Núcleo de Estudos Contemporâneos). Membro do Comitê de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica da UFSM. Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica, campesinato e etnicidade. Pesquisadora Associada do NIEM-UFRJ (Núcleo de Estudos Migratórios). Pesquisador PQ 2/CNPq.